

# Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas

---

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 19/04/2023

("AGO")

24 DE MARÇO DE 2023

## ÍNDICE

<b>1. INFORMAÇÕES SOBRE A AGO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS QUE COMPÕEM A ORDEM DO DIA DA AGO .....</b>	<b>3</b>
<b>2.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. ....</b>	<b>3</b>
<b>2.2. Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleger seus membros. ....</b>	<b>4</b>
<b>2.3. Fixar a remuneração global do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2023. ....</b>	<b>4</b>
<b>3. ORIENTAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>5</b>
<b>3.1. Boletim de Voto à Distância .....</b>	<b>7</b>
<b>4. REPRESENTAÇÃO POR PROCURAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>10</b>
<b>ANEXO II .....</b>	<b>35</b>
<b>ANEXO III .....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXO IV .....</b>	<b>63</b>

## **1. INFORMAÇÕES SOBRE A AGO**

**DATA:** 19 de abril de 2023

**HORA:** 14h

**LOCAL:** Plataforma digital Zoom (Assembleia 100% Digital)

## **2. INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS QUE COMPÕEM A ORDEM DO DIA DA AGO**

### **2.1. DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (“AGO”)**

**2.1.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.**

Nos termos do artigo 133 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades Anônimas”), e do artigo 10º da Resolução CVM nº. 81/2022, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº. 81/2022”) a Companhia disponibilizou, na presente data, nos endereços eletrônicos da Companhia em <https://ri.paranapanema.com.br> e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br), os seguintes documentos:

- (i) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
- (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras, com as notas explicativas, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes;
- (iii) Formulário das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria; e
- (vi) Boletim de Voto à Distância.

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2022, nos termos dos parágrafos 3º e 4º, do artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas, serão publicadas no jornal Folha de São Paulo – Edição Nacional, nas versões impressa e digital, em 18 de março de 2023.

As Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2022 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, previamente ao parecer favorável do Comitê de Auditoria, emitido em 14 de março de 2023, à emissão do parecer do Conselho Fiscal, em 15 de março de 2023, e à aprovação do Conselho de Administração, em 16 de março de 2023, tendo sido, portanto, consideradas em condições de serem submetidas à deliberação dos acionistas da Companhia.

Ante a apuração de prejuízo no exercício de 2022, a Companhia está dispensada da apresentação do Anexo A, que trata da destinação de lucro líquido, nos termos do parágrafo único, inciso II, do artigo 10º, da Resolução CVM nº. 81/2022.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se no Anexo I deste Manual.

Assim, todas as informações e documentos necessários à deliberação do primeiro item da pauta da AGO foram devidamente disponibilizados aos acionistas da Companhia, em conformidade com a legislação em vigor.

### **2.1.2. Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleger seus membros.**

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo suas regras previstas no Capítulo IV de seu Estatuto Social.

Referido órgão deve ser composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

O acionista que desejar indicar candidato para o Conselho Fiscal poderá notificar a Companhia, por escrito, com as seguintes informações e documentos: (i) nome e qualificação completa do candidato, (ii) currículo profissional completo do candidato, e (iii) declaração de desimpedimento firmada pelo candidato nos termos do art. 147 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 2º do Anexo K da Resolução CVM nº. 80/2022, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM nº. 80/2022"), ou declarar que o candidato está apto a efetuar referida declaração, observando-se as regras e condições de eleição, incluindo as disposições da Resolução CVM nº. 81/2022.

Para inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto à Distância, o acionista deverá notificar a Companhia por escrito com as informações e documentos descritos acima, até o dia 25/03/2023<sup>1</sup>, bem como ser detentor de ações que representem, no mínimo 1,0% (um por cento) do capital social da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº. 81/2022. A solicitação de inclusão poderá ser revogada pelo acionista a qualquer momento antes da realização da AGO, mediante envio de comunicação escrita nesse sentido pelos respectivo acionista proponente, endereçada ao diretor de relações com investidores da Companhia.

Os acionistas da Companhia poderão, também, indicar candidatos ao Conselho Fiscal na AGO, pessoalmente ou por meio de procurador, munidos com as informações e documentos do candidato indicados acima, observadas as mesmas regras e condições de eleição, incluindo as disposições da Resolução CVM nº. 81/2022.

Até a presente data, a Companhia recebeu a indicação dos seguintes candidatos para compor o Conselho Fiscal:

	<b>Candidato Titular</b>	<b>Candidato Suplente</b>
<b>1</b>	Marcos Reinaldo Severino Peters	Massao Fábio Oya
<b>2</b>	Paulo Molero Ariza	André Luiz de Oliveira Lima
<b>3</b>	Gryecos Attom Valente Loureiro	-

As informações a respeito de cada um dos candidatos acima, conforme estabelecido pelo artigo 11, inciso I da Resolução CVM nº. 81/2022, encontram-se no Anexo II deste Manual.

### **2.1.3. Fixar a remuneração global do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2023.**

<sup>1</sup> 25 dias antes da AGO (art. 37, §1º, I da Resolução CVM nº. 81/2022)

Conforme previsto no artigo 152 da Lei das Sociedades Anônimas, a fixação da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva Estatutária (“Administradores”), e do Conselho Fiscal, é de competência da Assembleia Geral.

O artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, em seu parágrafo primeiro, determina que esta definição deve ser feita na forma global, incluindo benefícios de qualquer natureza e verba de representação, cabendo ao Conselho de Administração distribuir a remuneração dentre os Administradores da Companhia, tendo em conta as suas responsabilidades, o tempo dedicado às funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Adicionalmente, os Administradores e os membros do Conselho Fiscal serão reembolsados por despesas incorridas em viagens e deslocamentos para as reuniões mensais de referidos órgãos, sendo certo que referidas despesas reembolsáveis terão o mesmo tratamento, limites e critérios observados pelos colaboradores da Companhia, conforme política vigente.

A proposta de remuneração global dos Administradores para o exercício de 2023 (Janeiro/2023 a Dezembro/2023) totaliza **R\$9.095.926,00** (nove milhões, noventa e cinco mil, novecentos e vinte e seis reais), e a proposta de remuneração do Conselho Fiscal para o exercício de 2023 (Janeiro/2023 a Dezembro/2023) totaliza **R\$490.212,00** (quatrocentos e noventa mil e duzentos e doze reais).

Para o exercício de 2022, referidos valores totalizavam, para os Administradores, o montante de **R\$9.884.259,00** (nove milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e nove reais), e para o Conselho Fiscal o montante de **R\$537.588,00** (quinhentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais), sendo certo que, destes montantes, foi reconhecida a provisão no resultado do exercício de 2022 de **R\$6.308.110,00** (seis milhões, trezentos e oito mil, cento e dez reais) para os Administradores e **R\$462.780,00** (quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta reais) para o Conselho Fiscal. As principais variações em relação à proposta de 2022 e o realizado para o mesmo período foram: (i) a não aplicação do reajuste previsto para o ano de 2022 na remuneração dos membros do Conselho Fiscal; (ii) o número de membros da Diretoria menor que o previsto em 2022; e (iii) o não pagamento da Remuneração Variável da Diretoria Estatutária, motivado pelo pedido de renúncia dos membros antes do término do exercício.

As informações indicadas no item 8 do Formulário de Referência, conforme estabelecido pelo artigo 13, inciso II da Resolução CVM nº. 81/2022, encontram-se no Anexo III deste Manual.

### **3. ORIENTAÇÕES GERAIS**

A AGO será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Zoom.

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia no dia da realização da AGO, por si ou por seus representantes legais.

Para assegurar a autenticidade dos acionistas que participarão da AGO por meio da plataforma digital Zoom e visando a segurança da AGO, os acionistas deverão cadastrar-se previamente, nos termos a seguir expostos, até as **13h do dia 17/04/2023** (“Acionistas Credenciados”).

Para participar da AGO, que será exclusivamente realizada por plataforma digital e em tempo real, os acionistas interessados deverão entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, através do e-mail **ri@paranapanema.com.br**, para o envio dos documentos de representação necessários, quais sejam:

#### Pessoa Física

- a) cópia de documento de identificação com foto recente e validade nacional;
- b) extrato contendo a participação acionária, emitido pelo órgão competente.

#### Pessoa Jurídica

- a) cópia do último Estatuto Social/Contrato Social consolidado, e, em caso de não ter sido deliberada a consolidação da matriz do Estatuto Social/Contrato Social, suas respectivas alterações;
- b) documentos comprobatórios de representação, com os devidos arquivamentos nos órgãos competentes, incluindo o instrumento de mandato, se aplicável;
- c) extrato contendo a participação acionária, emitido pelo órgão competente.

#### Fundos de Investimento

- a) comprovação da qualidade de administrador ou gestor do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na AGO;
- b) ato societário do administrador ou gestor pessoa jurídica que confira poderes ao representante para que compareça à AGO ou a quem tenha outorgado a procuração; e
- c) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os documentos listados no item acima (“Pessoa Jurídica”);
- d) extrato contendo a participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Não será exigido o reconhecimento de firma, nem a notarização e consularização, da documentação que comprova os poderes de representação. Os documentos que não estejam em português, inglês ou espanhol deverão ser acompanhados de tradução juramentada.

Os convites individuais para admissão e participação na AGO serão remetidos aos e-mails que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados e seus representantes ou procuradores, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas.

Para otimizar o processo e conferir celeridade ao andamento da AGO, solicitamos que, caso o acionista não receba o convite individual para participação na AGO em até 4 horas antes do horário de início, o acionista entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 2199-7855 ou +55 (11) 9 5192-0007 com, no mínimo, 3 horas de antecedência do horário de início da AGO para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual. Não obstante, a Companhia prestará auxílio técnico, antes e durante a AGO, para sanar dúvidas de acesso e de uso da plataforma digital.

A AGO será integralmente gravada, para garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante a reunião.

O acesso à AGO por meio da plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia que se cadastrarem previamente, conforme acima descrito.

Ressalta-se que, tanto os acionistas que optarem por votar por meio dos Boletins de Voto à Distância, quanto os acionistas que optarem por participar da AGO através da plataforma digital Zoom, serão considerados presentes na AGO e assinantes da respectiva ata e livro de presença.

A Companhia não se responsabilizará por eventuais problemas de conexão que os acionistas possam enfrentar, tampouco por qualquer outra situação que não esteja sob o controle da Companhia, devendo os acionistas que tiverem interesse em participar da AGO via plataforma digital familiarizarem-se previamente com a ferramenta e garantir uma conexão de internet adequada.

Em caso de dúvida, favor contatar:  
Departamento de Relações com Investidores  
E-mail: [ri@paranapanema.com.br](mailto:ri@paranapanema.com.br)  
Telefones: +55 (11) 2199-7855 ou +55 (11) 9 5192-0007

### **3.1. Boletim de Voto à Distância**

Os acionistas que desejarem poderão utilizar os Boletim de Voto à Distância (“Boleti.”) para votação na AGO, nos termos do artigo 26 e seguintes da Resolução CVM nº. 81/2022, disponibilizados nos endereços eletrônicos da Companhia, em <https://ri.paranapanema.com.br>; da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br).

Para participar da AGO por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim e enviá-lo, alternativamente, para (i) Banco Bradesco S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia; ou (ii) Agente de Custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade, desde que o Agente de Custódia esteja apto a receber o Boletim nos termos da Resolução CVM nº. 81/2022; ou, ainda, (iii) para a Companhia, diretamente.

Os acionistas que encaminharem o Boletim diretamente para a Companhia deverão observar as regras a seguir:

- (i) todos os campos deverão estar preenchidos;
- (ii) todas as páginas deverão ser rubricadas;
- (iii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente;
- (iv) deverá ser encaminhado, juntamente com o Boletim, a documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista, observados, portanto, os requisitos e formalidades previstos no item de documentação descrito nas Orientações Gerais acima.

Solicita-se que o Boletim e respectivos documentos comprobatórios sejam enviados para a Companhia até o dia **12/04/2023<sup>2</sup>** exclusivamente para o e-mail [ri@paranapanema.com.br](mailto:ri@paranapanema.com.br).

A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma do Boletim emitido no território brasileiro, nem a notariação daqueles emitidos fora do País.

O Boletim que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação não serão considerados válidos, e, em consequência, não serão processados pela Companhia, podendo, contudo, serem corrigidos e reenviados pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução CVM nº. 81/2022.

---

<sup>2</sup> 7 dias antes da AGO (art. 27, I da Resolução CVM nº. 81/2022)

O Boletim enviado pelos acionistas por ocasião da primeira convocação da AGO serão considerados válidos em caso de segunda convocação, nos termos do artigo 49, parágrafo único, da Resolução CVM nº. 81/2022.

Independente do envio do Boletim, conforme indicado acima, os acionistas poderão participar da AGO, que será exclusivamente digital, observadas as regras de credenciamento prévio. Caso o acionista já tenha enviado o Boletim, mas decida votar na AGO, os votos proferidos pelo Boletim serão desconsiderados.

Em caso de reapresentação do Boletim pela Companhia (“Novo Boletim”), em razão da inclusão de candidatos indicados ao Conselho Fiscal pelos acionistas, na forma prevista no artigo 37 da Resolução CVM nº. 81/2022, os votos conferidos por determinado acionista a candidatos incluídos no Boletim já divulgado pela Companhia serão considerados válidos, devendo o acionista que desejar alterar o seu voto, encaminhar nova instrução de voto na forma indicada acima.

Caso o motivo da reapresentação do Novo Boletim pela Companhia se dê por razão excepcional, para correção de erro relevante ou adequação da proposta, com base no artigo 26, parágrafo 3º, inciso II da Resolução CVM nº. 81/2022, os votos eventualmente já proferidos pelos acionistas por meio de Boletim serão considerados inválidos.

No caso de apresentação de Novo Boletim pela Companhia, a Companhia comunicará imediatamente aos acionistas, indicando a data limite para que os acionistas que assim desejarem encaminhem nova instrução de voto.

Instruções detalhadas poderão ser obtidas nos Boletins disponibilizados nos endereços eletrônicos da Companhia, em <http://ri.paranapanema.com.br>; da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br).

#### **4. REPRESENTAÇÃO POR PROCURAÇÃO**

Caso V.Sas. prefiram indicar um representante legal para voto por procuração, os documentos que confirmam a representação também deverão ser enviados para o e-mail **ri@paranapanema.com.br** dentro dos prazos e na forma mencionada neste Manual.

A indicação de representante legal por voto por procuração pode ser feita por intermédio de procuração outorgada por meio físico ou eletrônico. Não será exigido o reconhecimento de firma, nem a notariação e consularização das procurações outorgadas fisicamente. As procurações outorgadas eletronicamente devem utilizar um mecanismo que assegure a autoria e integridade das assinaturas por meio eletrônico e seja admitida como válida pelas partes, especialmente pela Companhia, nos termos do artigo 10, §2º da Medida Provisória nº. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. As procurações que não estejam em português, inglês ou espanhol deverão ser acompanhadas de tradução juramentada.

Com o propósito de facilitar a participação na AGO, a Administração da Companhia deixa à disposição de seus acionistas, como mera cortesia e sem um compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo IV como uma sugestão de texto, bem como a indicação de advogados da Companhia, abaixo descritos, caso o acionista não tenha a quem indicar e outorgar poderes. Dessa forma, V.Sas. deverão considerar que tal sugestão de texto não configura um pedido público de procuração para os fins da Seção IV da Resolução CVM nº. 81/2022, mas sim, uma facilidade que a Companhia coloca à disposição de seus acionistas.

**PRISCILLA VERSATTI**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº. 252.026, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 34.356.614-X SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 312.615.168-00, com endereço profissional na Rua Felipe Camarão, nº 500, Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09220-580.

**OU**

**ÁLVARO ANDRÉ VIEIRA CUNHA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº. 215.535, portador da Cédula de Identidade RG nº. 28.701.980-9 e inscrito no CPF/MF sob o nº. 276.308.448-67, com endereço comercial na Rua Felipe Camarão, nº. 500, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, CEP 09220-580.

**ANEXO I****Informações do item 2 do Formulário de Referência****2.1 Comentários dos Diretores**

A seguir são apresentados os comentários da nossa Diretoria correspondentes à análise da nossa condição financeira e patrimonial, que contemplam um panorama sobre o desempenho do mercado global para cada um dos exercícios encerrados em 2022 e 2021, bem como uma análise sobre o desempenho da gestão de capital e as ações endereçadas nessa gestão ao longo desses períodos.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações financeiras contidas neste item 2 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, e 2021 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

**a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais**

Em 2022, o foco principal da Companhia foi o de assegurar a continuidade das operações em meio às dificuldades de obtenção de crédito para capital de giro.

Diante da situação de agravamento de sua situação financeira causada pela falta da entrada de recursos esperados no 3T22, pelo cenário macroeconômico e pela necessidade de empenhar caixa próprio para honrar os compromissos assumidos com os principais credores, a Companhia visando a continuidade e a recuperação de suas operações, ajuizou em conjunto com o CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. e Paraibuna Agropecuária Ltda., sociedades controladas pela Companhia, o pedido de recuperação judicial.

O pedido foi deferido em 13 de dezembro de 2022 pelo Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ da cidade de São Paulo.

Por meio do plano de recuperação judicial que será apresentado à apreciação da Assembleia Geral de Credores, dentro dos prazos legais previstos, a Companhia pretende reestabelecer seu equilíbrio econômico e retomar seu crescimento.

A Companhia não efetuou o pagamento da parcela semestral do Acordo Global com Credores em dezembro e não cumpriu com os covenants em 31 de dezembro de 2022. Em conformidade com o CPC

26, a companhia teve seus vencimentos reclassificados para o Passivo de Curto Prazo no montante de R\$ 2.250 milhões. A Companhia segue em negociação com os Credores do Acordo Global com o intuito de reperfilar sua dívida dentro do seu planejamento financeiro de longo prazo.

Em relação a redução de custos, a despeito do cenário inflacionário, a Companhia conseguiu atuar fortemente em ganhos de eficiência e reduziu seus custos fixos e ociosidade em 9% em relação ao ano anterior, trazendo uma economia de aproximadamente R\$ 45 milhões.

Através de suas operações, no 4T22, a Companhia obteve uma geração operacional de caixa negativa de R\$ 37 milhões e acumulou uma geração operacional de caixa positiva de R\$ 218 milhões ao longo de 2022, considerando a venda de ativos não operacionais, que contabilizou R\$ 68 milhões, e demais ações para preservar o caixa da companhia e garantir sua continuidade operacional.

A receita líquida do 4T22 foi de R\$ 167 milhões para um volume de vendas de 9.478 toneladas de produtos de cobre, refletindo os impactos da falta de fontes de financiamento para capital de giro. No ano a receita líquida foi de R\$ 2.006 milhões, representando uma redução de 57% em relação ao ano anterior em função do baixo volume de produção e vendas.

O Prejuízo Líquido em 2022 foi de R\$ 1.921 milhões, fortemente impactado pelo baixo volume de vendas e pelo ajuste a valor de mercado dos seus ativos, principalmente o direito creditório da exclusão do ICMS sobre a base do PIS/COFINS que foi ajustado em R\$ 466 milhões.

Adicionalmente aos impactos citados sobre o resultado líquido do ano, houve o reconhecimento de provisões tributárias, em especial para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL em virtude do posicionamento firmado pelo STF no bojo dos Recursos Extraordinários 955227 e 949297, que impactou os resultados em R\$ 556,5 milhões, além de efeitos da variação cambial sobre a dívida e outras posições de balanço em dólar.

Quando excluídos tais efeitos do resultado, bem como depreciação e amortização e encargos financeiros, tem-se um Prejuízo Líquido Ajustado no período de R\$ 637 milhões.

#### **b. Estrutura de Capital**

A atual estrutura de capital, medida pelo quociente entre capital próprio e capital de terceiros, apresenta aumento no nível de alavancagem em 2022, explicado pelo aumento das taxas do dolar frente ao real, impactando fortemente os empréstimos e financiamentos.

A tabela abaixo mostra a estrutura de capital próprio e de terceiros para os períodos indicados:

*(continua na página seguinte)*

[mil BRL]	2021	2022
Fornecedores Local	105.014	260.705
Fornecedores estrangeiros	29.987	175.895
Fornecedores Local LP	1.947	155.244
Operações com Forfaiting e Carta de Crédito	169.863	11.152
Instrumentos financeiros derivativos	7.388	1.053
Empréstimos e financiamentos CP	615.758	2.810.146
Empréstimos e financiamentos LP	2.634.945	382.145
<b>Total Capital Terceiros</b>	<b>3.564.902</b>	<b>3.796.340</b>
Patrimônio líquido	(954.026)	(2.817.566)
Ajuste de avaliação patrimonial & OCI	(836.668)	877
<b>Total Capital Próprio</b>	<b>117.358</b>	<b>2.818.443</b>
<b>Garantia de Capital de terceiros</b>	<b>0,03</b>	<b>0,74</b>
<b>Capital Próprio (%)</b>	<b>-3%</b>	<b>-288%</b>
<b>Capital Terceiros (%)</b>	<b>103%</b>	<b>388%</b>

### c. Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos

O modelo de negócios da Paranapanema depende substancialmente de investimentos e financiamentos, obtidos por meio de captações de linhas de créditos bancários, antecipação de recebíveis, prazo de pagamento junto a seus fornecedores de matéria-prima e financiamentos em geral.

Em 2021 a Companhia concluiu as negociações, que estavam sendo tratadas desde o primeiro trimestre de 2020 com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017), e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças (“Acordo Global”), repactuando o cronograma de pagamento das dívidas financeiras até o final do ano de 2028, conforme cronograma de pagamento divulgado na nota 16.

Além das garantias outorgadas pela Companhia na reestruturação de dívidas realizada em 2017, já previstas no Acordo Global, a Companhia prestou outras garantias envolvendo ativos operacionais e não operacionais, e se comprometeu a envidar seus melhores esforços para realizar a venda de ativos não-operacionais, visando acelerar a amortização dos valores objeto da nova negociação. Para tanto, a venda de ativos está sujeita a um processo de governança definido junto aos credores.

Conforme fato relevante divulgado em 05 de março de 2022, a Companhia cumpriu com todas as condições precedentes do acordo firmado no dia 29 de dezembro de 2021, que incluiu o pagamento da primeira parcela de juros e principal da dívida reestruturada no valor de USD26.914. A Companhia amortizou também a segunda parcela no valor de USD 25.852, inaugurando o fluxo semestral previsto no cronograma de amortização do Acordo Global.

Se, por um lado, a negociação gerou a potencial e desejada readequação do caixa da Companhia, para se manter saudável, ela dependia da manutenção do crédito frente a fornecedores tradings, e da venda de

ativos não operacionais e direitos creditórios em determinado espaço de tempo. No entanto, essas premissas não se concretizaram. Os fornecedores reduziram o volume de operações com as empresas e a venda de ativos não ocorreu no cronograma esperado.

Com o cenário de instabilidade política e econômica recente, a Companhia ainda não conseguiu acesso a linhas de crédito satisfatórias que vinham sendo negociadas. Havia a expectativa da entrada de recursos vindos de um banco de fomento, fato que não ocorreu até o momento. Essa situação pode indicar a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e que faz a administração manifestar sua preocupação diante dos fatos apresentados.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários.

A Receita Líquida Total somou R\$2.005.986 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 57% menor comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 2022, as vendas no mercado interno representaram 46% do total da receita contra 54% de exportações.

O EBITDA da Companhia ficou R\$1.297.074 negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, impactado principalmente pelo impairment de créditos no montante de R\$466,4 milhões e 556,5 milhões referentes a mudança de estimativa de contingências de possível para provável sobre processos fiscais.

[mil BRL]	2021	Δ %	2022
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(801.105)</b>	<b>-237%</b>	<b>(2.701.084)</b>
(+) Impostos	(463.657)	-183%	(1.314.140)
(+) Resultado Financeiro Líquido	(9.635)	378%	26.741
<b>EBIT</b>	<b>(327.813)</b>	<b>-331%</b>	<b>(1.413.685)</b>
(+) Depreciações e Amortizações	152.746	-24%	116.611
<b>EBITDA</b>	<b>(175.067)</b>	<b>-641%</b>	<b>(1.297.074)</b>
Receita Líquida	4.714.962	-57%	2.005.986
% das Receitas	-3,71%	-61 p.p.	-64,66%

#### d. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não Circulantes Utilizadas

A necessidade de recuperação e modernização dos nossos parques industriais, principalmente em função da deterioração acelerada do parque industrial de Dias d'Ávila, é suportada por recursos de terceiros, por meio de linhas especiais de financiamento junto a instituições financeiras, bancos de fomento e bancos de desenvolvimento.

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento líquido apresenta um saldo de R\$3.092.806, 8% menor que 2021, impacto pelo pagamento da primeira e segunda parcela em 2022.

[mil BRL]	2021	Δ %	2022
Divida Curto Prazo	615.758	356%	2.810.146
Divida Longo Prazo	2.634.945	-85%	382.145
Operações com forfaiting e cartas de crédito	169.863	-93%	11.152
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.388	-86%	1.053
<b>Dívida bruta</b>	<b>3.427.954</b>	<b>-7%</b>	<b>3.204.496</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	40.115	-94%	2.500
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.439	1515%	87.840
Aplicações Financeiras	20.653	3%	21.350
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.361.747</b>	<b>-8%</b>	<b>3.092.806</b>

O capital de giro da Companhia está representado por:

[mil BRL]	2021	Δ %	2022
Contas a receber de clientes	108.995	-63%	40.547
Estoques	716.479	-59%	291.814
Impostos e Contribuições a Recuperar	785.487	-63%	291.983
Fornecedores	(306.811)	-97%	(602.996)
Adiantamentos de Clientes	(103.851)	12%	(91.853)
<b>Capital de Giro Total</b>	<b>1.200.299</b>	<b>-106%</b>	<b>(70.505)</b>

O Capital de giro de 2022 ficou negativo em R\$70.505, impactado pela falta de fontes de financiamento.

#### e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não Circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de Deficiências de Liquidez

Com o cenário de instabilidade política e econômica recente, a Companhia ainda não conseguiu acesso a linhas de crédito satisfatórias que vinham sendo negociadas. Havia a expectativa da entrada de recursos vindos de um banco de fomento, fato que não ocorreu até o momento. Essa situação pode indicar a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e que faz a administração manifestar sua preocupação diante dos fatos apresentados.

Diante das dificuldades para financiar seu capital de giro, a Companhia não realizou o pagamento da parcela semestral em dezembro e não atingiu o cumprimento dos indicadores de covenants em 31 de dezembro de 2022, descritos na nota 16. A Companhia está em negociações com os credores do acordo global para a concessão de waiver para os indicadores de covenants bem como para a formalização de um acordo de standstill, as quais ainda não foram concluídas.

**f. Níveis de Endividamento e as Características de Tais Dívidas, Descrevendo Ainda**
**i) Contratos de Empréstimo e Financiamento**

O saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado na tabela a seguir:

	Passivo	
	Circulante	Não circulante
<b>Contratados em Moeda USD</b>		
Financiamentos de comércio exterior -ACC	736.661	-
Pré-pagamento de exportação -PPE	1.457.860	-
Cedula de credito bancario	117.294	-
valor presente dos fluxos de caixa contratu	73.695	-
	<b>2.385.510</b>	-
<b>Contratados em Moeda BRL</b>		
Antecipação de Cessão de Credito	42.906	-
Confissão de divida	424.438	382.145
	<b>467.344</b>	<b>382.145</b>
Custos de transação - reperfilamento	(42.708)	-
<b>Total</b>	<b>2.810.146</b>	<b>382.145</b>

*(continua na próxima página)*

Posição detalhada dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022:

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento	Taxas	Passivo circulante		Passivo não circulante
					Principal	juros	Principal
<b>Contratados em Moeda BRL</b>							
Antec. Cessão	Fundo Inv. Direitos Cred	Mensal	2022	2,13% a.m.	41.228	1.678	-
Conf.Divida	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	376.019	43.194	-
Conf.Divida	Fundo Inv. Direitos Cred	Mensal	2024 a 2028	2,13% a.m.	-	5.225	382.145
<b>Total contratados em moeda BRL</b>					<b>417.247</b>	<b>50.097</b>	<b>382.145</b>
<b>Contratados em Moeda USD</b>							
ACC	Banco Banrisul	Anual	2023	4,50% a.a	37.725	738	-
ACC	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	119.214	2.419	-
ACC	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	143.806	3.074	-
ACC	Caixa Economica Federal	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	248.179	5.031	-
ACC	China Construction Bank	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	44.140	927	-
ACC	Scotiabank	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	128.794	2.614	-
PPE	Banco Sumitomo Mitsui BR. S.A.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	198.934	7.263	-
PPE	Scotiabank	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	20.157	736	-
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	48.964	1.787	-
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2022 a 2025	Libor 06M + 1%a.a.	85.153	1.748	-
PPE	China Construction Bank	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	64.532	2.356	-
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	779.695	28.465	-
PPE	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	68.871	2.514	-
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	141.518	5.167	-
CCB	Wilbury NPL Fundo de Invest.	Semestral	2022 a 2028	Libor 06M + 4%a.a.	113.272	4.022	-
<b>Valor presente dos fluxos de caixa contratuais</b>					-	73.695	-
<b>Total contratados em moeda USD</b>					<b>2.242.954</b>	<b>142.556</b>	-
Custos de transação - reperfilamento					<b>(42.708)</b>	-	-
<b>Total</b>					<b>2.617.493</b>	<b>192.653</b>	<b>382.145</b>

## ii) Outras Relações de Longo Prazo com Instituições Financeiras

Mantemos relações no curso normal dos nossos negócios com instituições financeiras nacionais e internacionais de grande porte, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, além daquelas descritas no item 2.f.i.

## iii) Grau de Subordinação Entre as Dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as nossas dívidas quirográficas. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

**iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.**

Em 2017, com o reperfilamento das dívidas, os covenants financeiros e os prazos de vencimentos dos contratos de empréstimo bancário foram renegociados com nossos credores.

A Companhia promoveu, desde o primeiro trimestre de 2020, uma nova negociação com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017) para alinhar o perfil da dívida da Companhia com a sua futura geração de caixa e necessidade de investimento.

Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia conclui as negociações e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças (“Acordo Global”), repactuando o cronograma de pagamento das dívidas financeiras no montante de principal de US\$479.151 milhões até o final do ano de 2028, do qual cerca de 89% (US\$426.519) foi classificado para o passivo de longo prazo e 11% (52.632) continua classificado no curto prazo.

A Companhia, seguindo as orientações estabelecidas na IFRS 9 (CPC 48) "Instrumentos Financeiros" para determinar se houve modificações substanciais na renegociação da dívida, fez a análise dos testes qualitativos e quantitativos e identificou que, não houve mudança nos instrumentos e moedas contratadas, e o valor presente líquido dos fluxos de caixa sob os novos termos ficou dentro dos parâmetros estabelecidos pela norma, conseqüentemente não houve troca do instrumento de dívida mas se fez necessário o ajuste do valor contábil.

Para ajustar o valor, a Companhia calculou o valor presente líquido dos fluxos de caixa dos novos contratos, com as novas taxas de juros e datas de pagamentos, descontados a taxa de juros efetiva da dívida antes da renegociação. Esse valor é comparado ao valor contábil anterior remanescente, e a diferença é reconhecida no resultado financeiro. O valor do ajuste em 31 de dezembro de 2022 é de R\$73.695, (R\$96.574 e 2021).

Nesse sentido, nos termos do item 6.6 deste Formulário de Referência, determina, dentre outras, as seguintes obrigações e restrições à Companhia para manter-se enquadrada em determinados covenants financeiros, como:

(a) A Companhia deve apresentar também o índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez), conforme medido a partir de 2022, em 31 de dezembro de cada ano, com base nas Demonstrações Financeiras divulgadas pela Companhia após a primeira publicação das Demonstrações Financeiras revisadas após a celebração deste Acordo.

(b) Endividamento/Financiamento Bruto / pelo EBITDA Ajustado:

- igual ou inferior a 12,3 x em 31 de dezembro de 2022;
- igual ou inferior a 9,1 x em 31 de dezembro de 2023;
- igual ou inferior a 6,9 x em 31 de dezembro de 2024;
- igual ou inferior a 5,8 x em 31 de dezembro de 2025;
- igual ou inferior a 5,5 x em 31 de dezembro de 2026;
- igual ou inferior a 5,2 x em 31 de dezembro de 2027; e
- igual ou inferior a 4,9 x em 31 de dezembro de 2028.

(c) Entregar aos Credores correspondência demonstrando o cálculo detalhado do Limite Mínimo de Estoques e Recebíveis para tal período fiscal correspondente com base nas informações financeiras divulgadas trimestralmente pela Companhia, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (i.e., Informações Financeiras Trimestrais – ITRs para os trimestres encerrados em março, junho e setembro, e informações financeiras anuais para o trimestre encerrado em dezembro);

A Companhia, ainda, não poderá declarar, pagar ou distribuir quaisquer dividendos com relação ao capital social da Companhia, juros sobre capital próprio ou outros pagamentos a acionistas, exceto pelo dividendo mínimo obrigatório exigido por lei e/ou pelo seu estatuto social.

Por fim, configurará evento de vencimento antecipado caso a Companhia passe a ter controle societário definido ou alterado a qualquer momento, devendo tal controle societário definido ser entendido como

aquele em que uma pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum passe a exercer o controle da Companhia, observado que a eventual formação de bloco de controle por meio da celebração de acordo de acionistas cuja maioria das partes detenha direta ou indiretamente participação individual superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 A Companhia não cumpriu os covenants de Endividamento / Financiamento Bruto / pelo EBITDA Ajustado e o de Liquidez Corrente, e está em negociações com os credores do Acordo Global para a obtenção de um waiver pelo não cumprimento dos *covenants*.

**g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Diante do atual cenário a Companhia não tem limites.

**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As alterações significativas na demonstração consolidada de resultados, na demonstração consolidada dos fluxos de caixa e no balanço patrimonial consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão apresentadas a seguir.

**Análise das Demonstrações do Resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

*(Continua na próxima página)*

[mil BRL]	2021	AV %	AH %	2022	AV %
<b>Receita Líquida</b>	<b>4.714.962</b>	<b>100%</b>	<b>-57%</b>	<b>2.005.986</b>	<b>100%</b>
Mercado Interno (MI)	1.666.533	35%	-53%	789.848	39%
Mercado Externo (ME)	2.926.164	62%	-63%	1.085.567	54%
Transformação (MI)	122.265	3%	7%	130.571	7%
<b>Custo dos Produtos Vendidos</b>	<b>(4.984.476)</b>	<b>106%</b>	<b>50%</b>	<b>(2.504.151)</b>	<b>125%</b>
Custo do Metal	(4.309.205)	86%	57%	(1.873.201)	75%
Custo de Transformação	(675.271)	14%	7%	(630.950)	25%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>(269.514)</b>	<b>-6%</b>	<b>-85%</b>	<b>(498.165)</b>	<b>-25%</b>
% sobre Receitas	-5,7%		-19,1 p.p.	-24,8%	
Despesas com Vendas	(14.162)	0%	11%	(12.641)	1%
Despesas Gerais e Administrativas	(70.051)	1%	0%	(69.955)	3%
Outras Operacionais, líquidas	25.914	-1%	-3314%	(832.924)	42%
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos</b>	<b>(327.813)</b>	<b>7%</b>	<b>-331%</b>	<b>(1.413.685)</b>	<b>70%</b>
% sobre Receitas	-7,0%		-63,5 p.p.	-70,5%	
( + ) Depreciações e Amortizações	152.746	-3%	-24%	116.611	-6%
<b>EBITDA</b>	<b>(175.067)</b>	<b>4%</b>	<b>-641%</b>	<b>(1.297.074)</b>	<b>65%</b>
Resultado Financeiro	<b>(463.657)</b>	10%	-183%	<b>(1.314.140)</b>	66%
Receitas Financeiras	275.100	-6%	107%	570.325	-28%
Despesas Financeiras	(738.757)	16%	-155%	(1.884.465)	94%
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(791.470)</b>	<b>17%</b>	<b>-245%</b>	<b>(2.727.825)</b>	<b>136%</b>
% sobre Receitas	-16,8%		-119,2 p.p.	-136,0%	
Impostos	<b>(9.635)</b>	0%	378%	<b>26.741</b>	-1%
IR e CSLL - Corrente	(3)	0%	-4200%	(129)	0%
IR e CSLL - Diferido	(9.632)	0%	379%	26.870	-1%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(801.105)</b>	<b>17%</b>	<b>-237%</b>	<b>(2.701.084)</b>	<b>135%</b>
% sobre Receitas	-17,0%		-117,7 p.p.	-134,7%	

Receita Líquida de R\$ 4,715 bilhões em 2021, aumento de 10% em relação a 2020, resultante das variações do preço do cobre no mercado internacional. A Receita Líquida da Companhia sofre o impacto negativo do Other Comprehensive Income - "OCI" (Ajuste de Avaliação Patrimonial), que corresponde ao efeito não monetário da variação cambial de 2015 diferida por conta de ajustes na contabilidade de hedge que impactou negativamente a Receita da Companhia em R\$ 43,1 milhões no ano de 2021.

A receita líquida foi de R\$2.006 milhões em 2022 representando uma redução de 57% em relação ao ano anterior em função do baixo volume de vendas, que fechou em 57.838 toneladas de cobre contra 98.157 toneladas do ano anterior.

Em Cobre Primário, a Receita Líquida alcançou R\$739,4 milhões em 2022, 50% menor que 2021 quando atingiu o valor de R\$1.489,4.

Em Produtos de Cobre, a Receita Líquida alcançou R\$1.117,1 milhões com redução de 58% em relação a 2021 (R\$2.675,5 milhões).

Barras, Perfis, Arames, Laminados, Tubos e Conexões alcançaram R\$604,5 milhões no ano com redução 19% comparado ao mesmo período do ano anterior. Já os produtos de Vergalhões, Fios e Outros somaram R\$512,6 milhões no ano, com redução de 73% comparado a 2021.

Em Coprodutos, a Receita Líquida atingiu R\$149,5 milhões em 2022, redução de 73% comparada ao ano anterior.

#### Custo Dos Produtos Vendidos

Os Custo dos Produtos Vendidos de 2022 atingiu o montante de R\$2.504,1 milhões contra R\$4.984,5 milhões em 2021, ou seja, houve uma redução de 125% comparado ao ano anterior. O custo dos produtos superou as receitas líquidas em 25%.

O Custo do Metal em Reais diminui em 57% no ano, totalizando R\$1.873,2, quando comparado com R\$4.309,2 milhões em 2021, acompanhando a redução da receita.

O Custo de Transformação apresentou uma redução de 7% no ano de 2022 comparado a 2021, atingindo R\$630,9 milhões e R\$675,3 milhões respectivamente, acompanhando a redução da receita de vendas.

#### Lucro Bruto

O Companhia atingiu R\$498.165 milhões de prejuízo bruto em 2022, contra R\$269,5 de prejuízo bruto em 2021.

#### Despesas/Receitas Operacionais

No ano de 2022 as Despesas Operacionais foram de R\$915,5 milhões, explicadas principalmente pelo ajuste a valor de mercado dos direitos creditórios da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS em R\$ 466,4 milhões, pela mudança na avaliação das contingências possível para provável em virtude do posicionamento firmado pelo STF no bojo dos Recursos Extraordinários 955227 e 949297, que impactou as despesas operacionais em R\$ 311,1 milhões.

##### a) Despesas com Vendas

As Despesas com Vendas no ano, tiveram uma redução de 11% comparadas ao ano anterior, atingindo o montante de R\$12,6 milhões em 2022 face a R\$14,2 milhões em 2021.

##### b) Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas atingiram R\$69,9 milhões em 2022 mantendo o mesmo patamar de 2021 quando fechou em R\$70,1 milhões.

##### c) Outras Despesas Operacionais, Líquidas

As outras operacionais líquidas somaram despesas de R\$823,9 milhões em 2022, sendo R\$858,8 maior que 2021, explicadas principalmente pelo ajuste a valor de mercado dos direitos creditórios da exclusão

do ICMS da base do PIS/COFINS em R\$ 466,4 milhões, pela mudança na avaliação das contingências possível para provável em virtude do posicionamento firmado pelo STF no bojo dos Recursos Extraordinários 955227 e 949297, que impactou as despesas operacionais em R\$ 311,1 milhões.

#### Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido no ano foi de R\$1.314,1 milhões negativo contra R\$463,7 milhões negativo no resultado de 2021, impactado principalmente pela baixa de R\$779,4 milhões referente a descontinuidade do programa de hedge e Hedge de Fluxo de Caixa de Receitas em dólares norte-americanos que estava represado no OCI.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

A apuração de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido em 2022 foi de R\$26,7 milhões contra um resultado negativo de R\$9,6 milhões em 2021. A Companhia tem provisão para perda de Imposto diferido sobre prejuízos fiscais no valor de R\$1.087,5 milhões, decorrente das incertezas de gerações de lucros tributáveis futuros.

A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitados a 30% dos lucros anuais.

#### Resultado Líquido

A Companhia apresentou resultado líquido negativo no ano de 2022 no montante de R\$2.701,1 milhões contra um prejuízo de R\$801,1 milhões em 2021.

*(Continua na próxima página)*

A seguir, apresentamos nosso Balanço Patrimonial e a análise de suas principais contas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

[mil BRL]	2021	AV %	AH %	2022	AV %
<b>Ativo</b>	<b>3.066.448</b>	<b>100%</b>	<b>-35%</b>	<b>1.988.597</b>	<b>100%</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.088.529</b>	<b>35%</b>	<b>-48%</b>	<b>569.963</b>	<b>29%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	40.115	1%	-94%	2.500	0%
Aplicações Financeiras	16.332	1%	30%	21.309	1%
Contas a receber de clientes	108.995	4%	-63%	40.547	2%
Estoques	716.479	23%	-59%	291.814	15%
Impostos e Contribuições a Recuperar	168.118	5%	-34%	110.980	6%
Outros Ativos Circulantes	22.286	1%	-73%	6.054	0%
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.439	0%	1515%	87.840	4%
Despesas Antecipadas	10.765	0%	-18%	8.822	0%
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.977.919</b>	<b>65%</b>	<b>-28%</b>	<b>1.418.634</b>	<b>71%</b>
Ativos mantidos para venda	97.553	3%	-77%	22.636	1%
Aplicações Financeiras	4.321	0%	n.a.	41	0%
Impostos e Contribuições a Recuperar	617.369	20%	-71%	181.003	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	0%	n.a.	-	0%
Depósitos de Demandas Judiciais	37.271	1%	0%	37.200	2%
Outros Ativos Não Circulantes	68.085	2%	-23%	52.729	3%
Despesas Antecipadas	8.807	0%	-22%	6.899	0%
Direito de uso de Ativo	11.398	0%		12.256	
Outros Investimentos	2.513	0%	4%	2.608	0%
Ativo Imobilizado	1.124.483	37%	-2%	1.097.371	55%
Ativo intangível	6.119	0%	-4%	5.891	0%

<b>Passivo</b>	<b>4.020.474</b>	<b>131%</b>	<b>20%</b>	<b>4.806.163</b>	<b>242%</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.129.456</b>	<b>37%</b>	<b>208%</b>	<b>3.475.280</b>	<b>175%</b>
Fornecedores Local	105.014	3%	148%	260.705	13%
Fornecedores estrangeiros	29.987	1%	487%	175.895	9%
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	169.863	6%	-93%	11.152	1%
Passivo de Arrendamento	9.196	0%		11.044	
Salários e encargos sociais	43.920	1%	-3%	42.550	2%
Impostos e contribuições a recolher	11.605	0%	-11%	10.345	1%
IR e CS a recolher	-	0%	n.a.	128	0%
Empréstimos e Financiamentos	615.758	20%	356%	2.810.146	141%
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.388	0%	-86%	1.053	0%
Dividendos a pagar	152	0%	n.a.	-	0%
Adiantamentos de Clientes	103.851	3%	-12%	91.853	5%
Outros passivos circulantes	32.722	1%	85%	60.409	3%
<b>Passivo não circulante</b>	<b>2.891.018</b>	<b>94%</b>	<b>-54%</b>	<b>1.330.883</b>	<b>67%</b>
Fornecedores	1.947	0%	7873%	155.244	8%
Passivo de Arrendamento	2.392	0%		1.510	
Empréstimos e Financiamentos	2.634.945	86%	-85%	382.145	19%
Provisão para demandas judiciais	199.267	6%	285%	766.386	39%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	52.467	2%	-51%	25.598	1%
Outros passivos não circulantes	-			-	
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(954.026)</b>	<b>-31%</b>	<b>195%</b>	<b>(2.817.566)</b>	<b>-142%</b>
Capital social	2.069.566	67%	0%	2.069.566	104%
Debêntures Conversíveis em ação	25.787	1%	0%	25.787	1%
Custo de Capitalização	(5.375)	0%	0%	(5.375)	0%
Reservas de Reavaliação	183.669	0%	-27%	134.658	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(836.668)	-27%	-100%	877	0%
Ações em Tesouraria	(741)	0%	0%	(741)	0%
Lucros (prejuízos) acumulados	(1.589.159)	-52%	47%	(2.341.254)	-118%
Prejuízo do período	(801.105)	-26%		(2.701.084)	
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>3.066.448</b>	<b>100%</b>	<b>-35%</b>	<b>1.988.597</b>	<b>100%</b>

Comentários referentes aos principais itens das contas do:

#### Ativo Circulante

O Ativo Circulante totalizou R\$569,9 milhões em 31 de dezembro de 2022, redução de 48% em relação aos R\$1.088,5 milhões de 31 de dezembro de 2021, com resultado dos efeitos detalhados abaixo.

O Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2021 representou 29% do Ativo Total, comparado com 35% em 2021

### **Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Curto Prazo**

No fechamento do ano de 2022, a Companhia apresentou um saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$23,8 milhões, uma redução de 42% em comparação ao ano anterior, quando foi registrado R\$56,4 milhões.

### **Contas a Receber de Clientes**

As Contas a Receber totalizaram R\$40,5 milhões em 31 de dezembro de 2022, valor 68% menor que os R\$109,0 milhões registrados no fim do ano anterior.

### **Estoques**

O estoque é mensurado inicialmente pelo seu valor histórico e, posteriormente, devido ao programa de contabilidade hedge de estoques, as porções relativas ao custo do metal (Cobre, Ouro, Prata, Chumbo, Zinco e Estanho) são ajustadas ao preço médio em dólares da curva de mercado futuro desses respectivos metais. A conversão dos preços dos metais em dólares para reais é feita pela taxa de câmbio do fechamento do mês.

Em 31 de dezembro de 2022, houve redução de 59% nos Estoques, passando de R\$716,5 milhões em 2021 para R\$291,8 milhões em 2022.

### **Impostos e Tributos a Recuperar**

O saldo de impostos e tributos a recuperar reduziu em 34%, para R\$111,0 milhões em 2022, diante dos R\$168,1 milhões em 2021, substancialmente em decorrência da compensação de tributo federais com créditos referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

### **Ativo Não Circulante**

O Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2022 representou 71% do Ativo Total, comparado com 65% em 2021.

O Ativo Não Circulante totalizou R\$1.418,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 comparado com R\$1.977,9 milhões em 2021, houve uma redução de R\$559,3 milhões, 28% em relação ao ano anterior, principalmente em:

#### **Imposto de renda e contribuições a recuperar**

Redução de R\$436,6 milhões, principalmente decorrente do impairment no valor de R\$466,4 referente a vendas dos créditos referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

### **Imobilizado e Intangível**

Em 31 de dezembro de 2022, o Imobilizado e Intangível totalizou R\$1.102,3 milhões, redução de 3% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando o montante registrado foi de R\$1.130,6 milhões, devido principalmente à depreciação/amortização no período acrescido da entrada de novos projetos.

### **Ativo Mantidos para Venda**

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R\$22,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$97,6 milhões em 31 de dezembro de 2021), avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e provisões para perdas, os quais são inferiores aos valores esperados de realização.

A redução do valor se deu pela venda dos imóveis de Capuava e Diadema. A Companhia está buscando a monetização dos demais bens com a contratação de serviços especializados de avaliação de mercado dos imóveis citados e negociações com interessados nestes imóveis, sendo pautado pelos respectivos valores das avaliações de mercado.

### **Passivo Circulante**

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$3.475,3, 208% acima dos R\$1.129,5 milhões de 31 de dezembro de 2021, aumento de R\$2.345,8 milhões principalmente pela reclassificação, das dívidas renegociadas, do passivo não circulante para o passivo circulante.

O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2022 representou 175% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, comparado com 37% em 2021.

### **Fornecedores e Operações com Forfait e Cartas de Crédito**

Fornecedores totalizaram R\$11,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, uma redução de R\$158,7 milhões em comparação com o ano de 2021, R\$169,9 milhões, reduções impactadas pela redução de crédito.

### **Empréstimos e Financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2022, o total de empréstimos e financiamento era de R\$2.819,1 milhões e em 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$615,8 milhões. Esse aumento refere-se a reclassificação das dívidas no montante de R\$2.905,3 em função do não cumprimentos dos covenants.

### **Impostos e Contribuições a Recolher**

A rubrica Impostos e Contribuições a Recolher totalizou R\$10,3 milhões em 31 de dezembro de 2022, mantendo no mesmo patamar de 2021 R\$11,6.

### **Outras Contas a Pagar**

A rubrica de outras contas a pagar totalizou R\$60,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, aumento de 85%, contra o saldo de R\$32,7 milhões no final de 31 de dezembro 2021, e neste grupo temos registrados valores a pagar correspondentes a:

- i) Provisão de serviços de honorários advocatícios de R\$5,7 milhões;
- ii) Comissões sobre vendas R\$5,9 milhões.
- iii) Passivos relacionados a contratos de clientes R\$128,2 milhões.

### Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante teve redução de R\$1.560,1 milhões, atingindo R\$1.330,9 milhões ao final de 2022 comparado com R\$2.891,0 milhões de 2021.

O Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2022 representou 67% do Passivo e Patrimônio Líquido Total, em relação a 2021 que era de 54%.

### Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022, o total de empréstimos e financiamento era de R\$382,1 milhões e em 31 de dezembro de 2021 era de R\$2.634,9 milhões. Essa redução refere-se a reclassificação das dívidas renegociadas do passivo não circulante para o passivo circulante em função do não cumprimentos dos covenants.

### Provisão para Contingências

As Provisões para Contingências aumentaram em 285%, atingindo R\$766,4 milhões em 31 de dezembro de 2022 contra R\$199,3 milhões no final do ano anterior explicadas principalmente pelo mudança de status de contingencias tributaries em virtude do posicionamento firmado pelo STF no bojo dos Recursos Extraordinários 955227 e 949297.

### Patrimônio Líquido

Encerramos 2022 com Patrimônio Líquido negativo em R\$2.817,6 milhões, R\$1.863,5 milhões a maior do que o Patrimônio Líquido negativo de 2021 no valor de R\$954,0 milhões.

### Análise do Fluxo de Caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

[mil BRL]	2021	AH %	2022
Caixa Líquido Atividades Operacionais	32.501	570%	217.756
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(68.915)	-7%	(73.525)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(62.232)	-192%	(181.846)
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes</b>	<b>(98.646)</b>	<b>62%</b>	<b>(37.615)</b>

As Atividades Operacionais resultaram em R\$217,8 milhões, decorrente principalmente de recebimento do contas a receber R\$71,4 milhões, ddiminuição provenientes das operações com fornecedores e cartas de credito envolvendo também os estoques com saídas de R\$741,5 milhões e liquidação de instrumentos financeiros no valor de R\$88,8 em 2022, enquanto em 2020 as Atividades Operacionais resultaram em R\$32,5 milhões, decorrente principalmente do contas a receber R\$231,0 milhões e diminuição provenientes das operações com fornecedores e cartas de credito envolvendo também os estoques com saídas de R\$29,8 milhões em 2021,

Nas Atividades de Investimentos, as aplicações de recursos em adições de imobilizado manteve o mesmo patamar, sendo R\$89,2 milhões de 31 de dezembro de 2022 contra R\$91,2 milhões em 2021, e houve

resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras em 2022, que totalizou R\$15,7 milhões de entrada, enquanto que para o mesmo período de 2021 o resultado líquido de ingressos e resgates de aplicações financeiras totalizou R\$22,2 milhões.

As atividades de financiamentos, foi impactada principalmente decorrente de amortização de empréstimos e encargos financeiros e contratação de novos empréstimos no ano de 2022 foi de R\$151,8 milhões, enquanto no mesmo período de 2021 o montante foi de R\$50,1 milhões.

## 2.2 Resultado Operacional e Financeiro

a. A abertura dos volumes de vendas por tipo de produto e mercado destino encontra-se detalhado a seguir:

Volume de vendas - em toneladas	2021	AH %	2022
<b>Cobre Primário</b>	26.683	-32%	18.242
<b>Produtos de Cobre</b>	72.408	-45%	39.596
Vergalhões, Fios e outros	38.886	-71%	11.368
Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões	33.522	-16%	28.228
<b>Volume de Vendas Total</b>	<b>99.091</b>	<b>-42%</b>	<b>57.838</b>
<b>Coprodutos</b>	364.826	-21%	289.322

A abertura da Receita Líquida por tipo de produto e mercado destino encontra-se detalhado a seguir:

Receita Líquida [mil BRL]	2021	AH %	2022
<b>Cobre Primário</b>	<b>1.489.393</b>	-50%	<b>739.385</b>
<b>Produtos de Cobre</b>	<b>2.675.459</b>	-58%	<b>1.117.076</b>
Vergalhões, Fios e outros	1.925.338	-73%	512.620
Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões	750.121	-19%	604.456
<b>Coprodutos</b>	<b>550.109</b>	-73%	<b>149.525</b>
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>4.714.961</b>	<b>-57%</b>	<b>2.005.986</b>

O resultado líquido foi de R\$2.701,1 milhões negativo, representado por uma margem líquida sobre a receita de -134,7%, um aumento de 117,7 p.p quando comparada com o ano de 2021.

### Mix de Produtos e de Mercados

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado à 31 de dezembro de 2020

Como resposta a uma menor disponibilidade de matéria prima para a produção, o Volume de Vendas Total no ano de 2022 atingiu 57,8 mil toneladas, representando redução de 42% em comparação ao ano de 2021 que atingiu 99,1 mil toneladas, com foco na estratégia de otimizar os recursos disponíveis em produtos de maior valor agregado, diminuindo a disponibilidade de Catodo e priorizando a venda de Fios e Vergalhões.

Em Cobre Primário, houve redução de 32% na produção de 2022. A Companhia comercializou 739,4 mil toneladas no ano de 2022, redução de 50% comparadas ao ano anterior.

Em Produtos de Cobre, foi comercializado 39,6 mil toneladas no ano de 2022, redução de 45% comparado ao ano de 2021, explicado em função da efetividade de estratégia comercial.

Em Coprodutos, o volume de vendas atingiu 289,3 mil toneladas no ano de 2022, redução de 21% comparado ao ano de 2020.

O Volume de Produção total no ano de 2022 de 70,0 mil toneladas, redução de 53% em relação a 2021 com 148,1 mil toneladas.

A produção de Cobre Primário acumulou 25,3 mil toneladas no ano, uma redução de 60% em relação ao ano anterior.

No caso de Produtos de Cobre, a produção foi de 44,7 mil toneladas, redução de 48% em relação a 2021, principalmente impactada pela redução nas vendas de Fios e Vergalhões.

**b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

Não Houve

**c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Não Houve

## **2.3 Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor**

### **a.1 – Ociosidade**

A Administração decidiu em consonância com o CPC 23 (IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças em Estimativas Contábeis e Erros), adequar sua prática contábil de classificação da contabilização da ociosidade atendendo o CPC 16 – Estoques e reforçado pelo ofício circular da CVM 01/2021, onde no item 38 do CPC 16 descreve que, os custos indiretos de produção eventualmente não alocados aos produtos e os valores anormais de custos de produção devem ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrem, sem transitar pelos estoques, dentro desse mesmo grupo, mas de forma identificada.

O efeito da reclassificação da ociosidade da linha de “outras despesas operacionais” para a linha de “custo dos produtos vendidos” no exercício de 2021 foi de R\$252.585 para fins comparativos.

### **a.2 -Honorários da administração e participação dos empregados**

A Administração decidiu também reclassificar as linhas de “Honorários da Administração” e “Participação dos empregados e administradores” em atendimento ao CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis, que no seu item 99 descreve que a entidade deve apresentar uma análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua natureza, se permitida legalmente, ou na sua função dentro da Companhia, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecendo as determinações legais.

O efeito da reclassificação da linha de “Honorários da Administração” para a linha de “Gerais e administrativas” no exercício de 2021 foi de R\$6.796, e o efeito da reclassificação da linha de “Participação dos empregados e administradores” foi de R\$14.786, distribuídos entre as linhas de “Gerais e administrativas” no valor de R\$4.237 e a linha de “Custo dos produtos vendidos” no valor de R\$10.549.

Demonstramos abaixo os efeitos da mudança de prática contábil no período de 2021

	2021	2021	Consolidado
		Reclassificação	2021 Reclassificado
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>4.714.962</b>	-	<b>4.714.962</b>
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<b>(4.721.342)</b>	<b>(263.134)</b>	<b>(4.984.476)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>	<b>(6.380)</b>	<b>(263.134)</b>	<b>(269.514)</b>
Despesas comerciais	(14.162)	-	(14.162)
Gerais e administrativas	(59.018)	(11.033)	(70.051)
Honorários da administração	(6.796)	6.796	-
Participação dos empregados e administradores	(14.786)	14.786	-
Outras despesas	(323.290)	252.585	(70.705)
Outras receitas	96.619	-	96.619
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	<b>(321.433)</b>	<b>263.134</b>	<b>(58.299)</b>
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(327.813)</b>	-	<b>(327.813)</b>
Despesas financeiras	(738.757)	-	(738.757)
Receitas financeiras	275.100	-	275.100
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição</b>	<b>(791.470)</b>	-	<b>(791.470)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3)	-	(3)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.632)	-	(9.632)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(9.635)</b>	-	<b>(9.635)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(801.105)</b>	-	<b>(801.105)</b>
<b>Prejuízo básico por ação ordinária em reais</b>	(19,68126)	-	(19,68126)
<b>Prejuízo diluído por ação ordinária em reais</b>	(19,26703)	-	(19,26703)

Não há nenhum impacto material no balanço patrimonial, sobre o lucro líquido por ação básico ou diluído do Grupo, sobre a demonstração de mutação do patrimônio líquido e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### **b - Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As seguintes alterações da norma foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

##### **b.1 - Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)**

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência

das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

#### **b.2 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)**

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Com base nos estudos técnicos relacionados aos lucros tributáveis futuros, a Companhia não está reconhecendo o imposto diferido no seu resultado.

#### **b.3 - Outras Normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

#### **Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve ressalvas no relatório do auditor independente em relação às nossas demonstrações financeiras de 2022.

## **2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras**

### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve alteração no nosso segmento operacional no exercício de 2022.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício de 2022.

**c. eventos ou operações não usuais**

Não houve

**2.5 Medições não contábeis****a. EBITDA**

O EBITDA Ajustado, que exclui os efeitos de LME e Dólar no estoque, OCI, contingências e demais efeitos não recorrentes, fechou o ano em R\$402,8 milhões negativo, impactado pela redução do volume total de vendas, mix de produtos com uma proporção relevante de Cobre Primário e a redução do volume de Coprodutos.

**b. Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado**

No ano de 2022 a Companhia gerou um Prejuízo Líquido de R\$ 2.701,0 milhões, impactado principalmente pelo ajuste a valor de mercado dos seus direitos creditórios da Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS em R\$ 466,4 milhões, o ajuste de Avaliação Patrimonial no montante de R\$ 779,4 milhões em função da descontinuidade do Other Comprehensive Income - “OCI”, que era parte integrante do programa de hedge accounting da Companhia e pelo baixo volume de produção e vendas.

Sobre a base de R\$ 2.701,0 milhões de Prejuízo Líquido do ano, foram ajustados R\$ 58,3 milhões de OCI, R\$ 103 milhões de depreciação e amortização, R\$ 466,4 milhões de ajuste a valor de mercado dos ativos, R\$ 556,5 referentes a provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, R\$ 779,4 milhões de ajuste de avaliação Patrimonial, além da variação cambial.

Após as exclusões e ajustes, a Companhia apresentou um Prejuízo Líquido Ajustado de R\$ 637,1 milhões em 2022.

**2.6 Eventos Subsequentes**

Não houve

**2.7 Destinação de resultados**

No exercício de 2022 a Companhia apurou prejuízo de R\$2.701,1 milhões e não teve distribuição de lucros

**a. Direitos das ações**

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Detém o direito de voto todas as ações ordinárias que compõem a titularidade do capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

Conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (tag along de 100%).

**b. Reserva legal**

A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

**c. Reserva de incentivos fiscais**

A Paranapanema é beneficiária até 2027, nos termos do Regulamento dos Incentivos Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme instituído pela Portaria Ministro de Estado da Integração Nacional – MIN N° 283 de 04/07/2013 (“Regulamento”), da redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração. O Lucro da exploração é calculado com base no lucro líquido apurado no período, excluindo dos benefícios fiscais (i) os resultados financeiros e (ii) os ganhos de capital.

De acordo com o artigo 11 do Regulamento, “o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude dos benefícios fiscais de que trata este Regulamento não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social”. Assim, se constitui uma obrigação da Companhia destinar à Reserva de Incentivo Fiscal o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), o qual, por definição, não transita pelo resultado, por não se referir à entrega de bens ou serviços pela Companhia.

**d. Destinação do Lucro**

O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

## **2.8 Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**

**a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial;**

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d’Ávila, com vencimentos até fevereiro de 2023, e não sujeita a Companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

	2019	2020	2021
Até 1 Ano	8.013	8.013	9.468
de 2 a 6 anos	16.026	10.017	3.156
acima de 6 anos	2.003	-	-
	<b>26.042</b>	<b>18.030</b>	<b>12.624</b>

## 2.8 Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

### I. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos"

Não houve

### II. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não houve

### III. Contratos de construção não terminada

Não houve

### IV. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não houve

### V. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável à nossa Companhia, pois não existem itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

## 2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

Não aplicável à nossa Companhia, pois não existem itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

## 2.10 Plano de Negócios

### a. Investimentos, incluindo:

#### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2022, investimos R\$89,2 milhões em garantia operacional, sendo os principais projetos são destinados à parada programada de manutenção, garantia das atividades operacionais, atualização tecnológica e segurança corporativa

#### **ii. Fontes de financiamento dos investimentos**

Os nossos investimentos são suportados por recursos de terceiros, por meio de linhas especiais de financiamento junto a instituições financeiras, bancos de fomento e bancos de desenvolvimento, e com recursos próprios gerados pelas nossas atividades.

#### **iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos relevantes em andamento.

#### **b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva Companhia**

A aquisição de máquinas e equipamentos, visando a modernização da nossa disponibilidade industrial, conforme divulgado, se dará de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada projeto.

#### **c. Novos produtos e serviços, indicando:**

##### **i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não há qualquer pesquisa em andamento.

##### **ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não foram realizados gastos em pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

##### **iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

A implementação do projeto da planta de refino de metais preciosos foi postergada em 2013, podendo ser retomada e submetida a uma reanálise das premissas de viabilidade econômica e de fontes de financiamento caso se confirme as nossas expectativas de agregação de valor.

##### **iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não foram realizados gastos significativos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

### **2.11 Outros Fatores Com Influência Relevante**

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens anteriores.

**ANEXO II****Informações dos candidatos indicados ao Conselho Fiscal****7.3. Em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela**

	a. Nome	b. Data de nascimento	c. Profissão	d. CPF	e. Cargo Eletivo Ocupado	f. Data de eleição	g. Data de posse	h. Prazo do Mandato	i. Eleito pelo controlador	j. Membro Independente	k. Data de início do primeiro mandato (caso tenha exercido mandatos consecutivos)
<b>CONSELHO FISCAL</b>											
1	Marcos Reinaldo Severino Peters	16/05/1958	Contador	023.120.398-50	Conselheiro Fiscal Suplente	20/04/2022	20/04/2022	Assembleia Geral Ordinária 2024	Não	N/A	10/04/2019
2	Massao Fábio Oya	07/11/1981	Contador	297.396.878-06	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3	Paulo Molero Ariza	27/09/1961	Administrador de empresas	032.452.518-40	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
4	André Luiz de Oliveira Lima	11/09/1982	Consultor	223.014.558-40	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
5	Gryecos Attom Valente Loureiro	09/12/1975	Advogado	046.424.857-40	Conselheiro Fiscal Titular	20/04/2022	20/04/2022	Assembleia Geral Ordinária 2024	Não	N/A	29/07/2020

Todas as informações solicitadas nos itens 7.3, alíneas “a” a “k” estão descritas no quadro acima.

**7.3. I. Informações sobre principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos (i.) no emissor e em sociedades do seu grupo econômico; e (ii.) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.**

#### CONSELHO FISCAL

##### Marcos Reinaldo Severino Peters

Doutorado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (2000). Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (1993). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (1984). Atualmente é Professor Doutor e Pesquisador da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Professor Titular da Fundação Armando Álvares Penteado, Professor Doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor Coordenador do Curso de Extensão Controladoria de Empresas Multinacionais da GVPEC, Membro do Laboratório de Tecnologia de Informação da FIPECAFI, Diretor Executivo da Marpe Contabilidade e Consultoria Ltda. Tem larga experiência na área de Contabilidade e Controladoria com ênfase em Contabilidade Internacional. Atua principalmente nas seguintes áreas: Contabilidade Internacional, Controladoria, Finanças, Controles Internos, SOX, IFRS, USGAAP. Ocupou cargos de direção em empresas como Paranapanema, ADP Systems, Cetenco, Shizen-Shiseido. É Membro do Conselho de Administração da Azevedo & Travassos S. A. e Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Terra Santa Agro S.A. Foi Membro do Conselho Fiscal da Paranapanema S. A. , Membro Efetivo do Conselho Fiscal das Companhias Alpargatas S.A. e do Comitê de Governança Corporativa da Mineração Buritirama S.A.

##### Massao Fábio Oya

Graduado em Ciências Contábeis (2003) e Pós-graduação em Gestão Financeira e Controladoria (2008) todos pela UniAnchieta, além de possuir formação de Técnico em Contabilidade (1999) pela Escola Prof. Luiz Rosa. Anteriormente à 2009, atuou na área contábil de diversas Companhias de Médio e Grande Porte, sendo que em 2009 iniciou sua trajetória profissional na Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda/ Jorge Lepeltier Consultores Associados, tornando-se sócio em março de 2014, após um intensivo período de aprendizado e aprimoramento junto ao sócio fundador – Jorge Lepeltier. Desde então atua na prestação de serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa, com foco na atuação em Conselhos Fiscais e Administração de Companhias. Presentemente é Conselheiro Fiscal Titular das seguintes Companhias: Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa (desde abr/17), Rossi Residencial S.A. (desde abr/17), Tronox Pigmentos do Brasil S.A. (desde abr/13), Whirlpool S.A. (desde abr/21 e de abr/18 a jul/20), Bicycletas Monark S.A. (desde abr/15), Heleno & Fonseca Construtécnica S.A. (desde mai/21) e Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. (desde abr/22), é também Conselheiro Fiscal Suplente: Schulz S.A. (desde abr/17), Tupy S.A. (desde mai/20), Mahle Metal Leve S.A. (desde mai/20), Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp (desde abr/21 e Titular de abr/15 a abr/17 e abr/13 a abr/14) e São Martinho S.A. (desde jul/22 e Titular de jul/17 a jul/20). Atualmente, também é Conselheiro de Administração da Pettenati Indústria Têxtil S.A. (desde out/18) e foi da Minupar Participações S.A. (jun/21 a abr/22). Anteriormente foi Conselheiro Fiscal Titular das seguintes Companhias: TIM Participações S.A. (set/11 a jan/12 e mar/12 a abr/12), Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (abr/11 a abr/12), Wetzell S.A. (abr/11 a abr/12), Bardella S.A. – Indústrias Mecânicas (abr/13 a abr/15), General Shopping S.A. (out/12 a abr/13), Companhia Providência Ind. e Comércio (abr/14 a mar/16), Companhia Paranaense de Energia – COPEL (abr/15 a abr/17 e abr/10 a abr/11), Pettenati Indústria Têxtil S.A. (out/14 a out/18), WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A. (out/11 a abr/20), Eucatex S.A. – Indústria e Comércio (jun/19 a jul/20 e de abr/15 a abr/16),

Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (abr/17 a fev/21), Mantris - Gestão em Saúde Corporativa Ltda (jun/18 a mar/21) e Centro de Imagem Diagnósticos S.A. ( abr/21 a abr/22).

Paulo Molero Ariza

Executivo de finanças com mais de 35 anos em negócios de Mineração, sendo de 30 anos na Alcan Alumínio do Brasil em toda a área financeira incluindo experiência internacional na matriz no Canadá com projetos de reestruturação societária, implantações de sistemas, troca de moeda funcional, auditorias, relatórios em BRGAAP e USGAAP e desenvolvimento de modelos financeiros de MD&A. Atuante em Conselho de Administração por mais de 10 anos na representação do sócio Rio Tinto Alcan como CFO da empresa Mineração Rio do Norte S.A, empresa de capital fechado localizada em Porto Trombetas- Pará, mineradora de bauxita com mais de 4.200 empregados diretos e indiretos, onde liderou as áreas de Finanças, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos, Compras, Jurídico e a Administração da infraestrutura da Vila Remota. Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis com Pós graduação em Finanças e Direito Tributário Empresarial pela FAAP e atualmente sócio fundador da empresa Ariza Serviços em Gestão e Finanças.

André Luiz de Oliveira Lima

Bacharel em Ciências Contábeis com Pós-Graduação em Gestão com Ênfase em Finanças pela Fundação Dom Cabral/MG. Possui mais de 15 anos de experiência na área Financeira/Tesouraria-Controladoria ,na gestão de processos e projetos estratégicos, implantação de sistemas e M&A, tendo atuado em empresas como DHL e Yamana Gold ( Brasil e Canadá ). Desde 2021 atua como Consultor Financeiro.

Gryecos Attom Valente Loureiro

Advogado graduado pela UFRJ, com pós-graduação lato sensu em Direito Empresarial-MBA pela FGV-RJ e em Direito Processual Civil pela UNISC/RS. Possui Mestrado em Hermenêutica e Direitos Fundamentais pela UNIPAC/MG. Doutorando em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP/DF. Formado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa no Curso para Conselheiros de Administração. É advogado concursado na Caixa Econômica Federal desde 2005, tendo atuado, desde então, nas funções de Coordenador Jurídico, Gerente Executivo, Gerente Nacional de Gestão das Regionais Jurídicas, Superintendente Nacional do Contencioso, Superintendente Nacional do Consultivo e Diretor Jurídico, integrando a alta administração desde 2013. No Mercado Privado teve experiência como Advogado Sênior em Escritório de Grande Porte (C. Martins & Advogados Associados) e foi Advogado do Grupo TELEMAR/OI. Foi Conselheiro Fiscal na FUNCEF no período 2018 a 2019. É Conselheiro de Administração das empresas LITEL e LITELA e Conselheiro Fiscal da CAIXA Seguradora.

**7.3. m. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i.) qualquer condenação criminal, (ii.) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicadas, e (iii.) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:**

A Companhia não tem conhecimento quanto à existência de qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou ude qualquer condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final administrativa que tenha suspenso ou inabilitado os candidatos ao Conselho Fiscal para a prática de atividade comercial.

**7.4. Informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

A Companhia informa que nenhum dos candidatos ao Conselho Fiscal ocupa atualmente cargo em comitês da Companhia, estatutários ou não.

**7.5. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre: (a) administradores do emissor, (b.i) e (b.ii) administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor, (c.i.) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor, e (d.i.) e (d.ii) administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.**

A Companhia não tem conhecimento quanto à existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau relacionadas aos candidatos a compor o Conselho Fiscal controladas, diretas ou indiretas, e controladores, diretos ou indiretos, até a presente data.

**7.6. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e controladas, controladores e outros (fornecedor, cliente, devedor ou credor, de suas controladas, controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas)**

Não há e não houve relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida, nos últimos 3 exercícios sociais, entre os candidatos ao Conselho Fiscal e quaisquer de nossas sociedades controladas, direta ou indiretamente, eventual controlador, direto ou indireto, ou fornecedores, clientes, devedor ou credor de nossas sociedades controladas, controladoras ou controladoras de algumas dessas pessoas. A Companhia esclarece que, na presente data, não possui acionista controlador<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Art. 116, Lei das Sociedades Anônimas. Entende-se por acionista controlador a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que:a) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembléia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e b) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia. Parágrafo único. O acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social, e tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender.

**ANEXO III**  
**Informações do item 8 do Formulário de Referência**

**8.1 Política/Prática de remuneração**

**a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia possui políticas de remuneração para seus colaboradores em geral, adotando as práticas de mercado para a remuneração de sua Diretoria Estatutária e Não Estatutária, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento.

As políticas buscam estabelecer um plano de remuneração e benefícios alinhado com as práticas de mercado, buscando atrair, reter, motivar e desenvolver os colaboradores, estimulando o espírito de equipe e o resultado de alta performance, podendo abranger, além da Remuneração Fixa e Benefícios, uma Remuneração Variável.

As políticas de remuneração da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, e estão disponíveis para consulta para os colaboradores da Companhia em seu sistema interno de intranet.

**b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

(i.) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Gestão de Pessoas & Sustentabilidade faz recomendações, com base nos estudos de remuneração apresentados pela Diretoria, para assim, subsidiar a tomada de decisão do Conselho de Administração.

(ii.) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração fixa de cada cargo será baseada nos conhecimentos exigidos pela função, na complexidade das atividades desenvolvidas e nas responsabilidades pela execução de tarefas ou apresentação de resultados específicos esperados do cargo.

As tabelas, avaliações / pontuações dos cargos e definições das faixas de remuneração fixa são elaboradas pela Empresa com apoio, se necessário, de especialistas externos. A metodologia atual adotada pela Empresa é a HAY.

(iii.) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

As faixas de remuneração fixa poderão ser revisadas anualmente, tomando-se por base o crescimento do mercado ou pesquisa de remuneração. A revisão será recomendada pelo Comitê de Gestão de Pessoas & Sustentabilidade e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme direcionamento estratégico da Empresa.

**c. Composição da remuneração, indicando:**

(i.) **Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um**

deles:

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor.**

A política de remuneração leva em consideração a valorização de curto, médio e longo prazo da Companhia, alinhando desta forma os interesses do emissor aos de seus Administradores.

A ferramenta garantidora desse alinhamento é o Programa de Remuneração Variável vinculado às estratégias do negócio, visando promover os resultados financeiros da Companhia, reconhecer e remunerar performances individuais e coletivas, bem como promover a retenção de talentos. Composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP), este último diferido em 2 anos e ambos vinculados aos resultados financeiros e metas individuais dos Diretores.

- **Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais.**

Realizado 2022:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	75,88%	0,00%	24,12%	100,0%
Diretoria Não Estatutária	52,83%	42,19%	4,98%	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2021

Realizado 2021:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	48,54%	39,07%	12,39%	100,0%
Diretoria Não Estatutária	55,00%	37,76%	7,24%	100,0%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2021

Realizado 2020:

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,00%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	55,64%	33,18%	11,18%	100,0%
Diretoria Não Estatutária	70,47%	22,45%	7,07%	100,0%

Nota: - Considerado como base os valores anuais de 2020

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste.**

A remuneração estabelecida para os Administradores, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento segue as práticas e condições do mercado, obtidas através de pesquisas realizadas com o apoio de especialistas externos, se necessário.

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal poderá ser ajustada anualmente, conforme aprovação da verbal global em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração.

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é acordada no momento da contratação, podendo ser atualizada anualmente com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de janeiro a dezembro de cada ano, e que pode ser aplicada a partir do mês subsequente à realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração.

Os reajustes da remuneração da Diretoria Não Estatutária poderão seguir as Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho firmadas junto aos Sindicatos que os representam junto à Companhia, ou serem aplicados juntamente com a atualização da remuneração da Diretoria Estatutária.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.**

Para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento não há indicadores de desempenhos definidos.

Para a Diretoria Estatutária e Não Estatutária os principais indicadores no Programa de Remuneração Variável são:

#### **Exercício de 2022 para Diretor Presidente**

- Peso de 70% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta os resultados financeiros.
- Peso de 30% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

#### **Exercício de 2022 para Diretores Estatutários e Não Estatutários**

- Peso de 60% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta os resultados financeiros.
- Peso de 30% = Metas Individuais, alinhadas aos objetivos estratégicos da Companhia, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.
- Peso de 10% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

#### **Exercício de 2021 para Diretor Presidente**

- Peso de 70% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta os resultados financeiros e outros indicadores.
- Peso de 30% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

#### **Exercício de 2021 para Diretores Estatutários e Não Estatutários**

- Peso de 60% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta os resultados financeiros e outros indicadores.
- Peso de 30% = Metas Individuais, alinhadas aos objetivos estratégicos da Companhia, pactuadas entre o Diretor Estatutário e o Conselho de Administração.
- Peso de 10% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

#### **Exercício de 2020 para Diretor Presidente, Diretores Estatutários e Não Estatutários**

- Peso de 90% = Metas Coletivas Estratégicas, definidas pelo Conselho de Administração, levando-se em conta os resultados financeiros e outros indicadores.
- Peso de 10% = Metas Discricionárias, com calibragem pelo Comitê de Pessoas e aprovação do Conselho de Administração.

**(ii.) Razões que justificam a composição da remuneração**

A remuneração estabelecida para os Administradores segue as práticas e condições de mercado, buscando atrair, reter, motivar e desenvolver os profissionais, estimulando o espírito de equipe e o resultado de alta performance.

**(iii.) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

De 2018 até o primeiro mês do exercício de 2020, um dos membros do Conselho de Administração e seu respectivo suplente renunciaram à remuneração ao qual fariam jus.

**d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

**e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não existe atualmente remuneração ou benefício associado a eventos societários.

**8.2 Remuneração total por órgão**

<b>Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais</b>				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	2,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.134.028	2.392.452	490.212	6.016.692
Benefícios direto e indireto	-	357.445	-	357.445
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	3.138.551	-	3.138.551
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	73.450	-	73.450
Cessaçã do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação	<p>Foi recomendado pelo Comitê de Gestão de Pessoas e aprovado pelo Conselho de Administração, conforme contemplado neste quadro, a proposta de reajuste pelo INPC acumulado no período de jan a dez de 2022.</p> <p>Foi proposto um valor adicional na Remuneração Variável dos Diretores Estatutários, denominado Plano de Retençã, com o objetivo de reter e motivar os profissionais, em razã dos desafios entrevistados para o ano corrente, sendo atrelado as obrigações e metas específicas do processo de Recuperaçã Judicial, a serem previamente avaliadas a aprovadas pelo Conselho de Administraçã da Companhia.</p>			
Total da remuneraçã	<b>3.134.028</b>	<b>5.961.898</b>	<b>490.212</b>	<b>9.586.138</b>

#### Remuneraçã total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administraçã	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,25	2,67	3,00	11,92
Nº de membros remunerados	6,25	2,67	3,00	11,92
<b>Remuneraçã fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	2.713.557	2.601.969	462.780	5.778.306
Benefícios direto e indireto	-	521.408	-	521.408
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descriçã de outras remunerações fixas	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	
<b>Remuneraçã variável</b>				
Bônus	-	-	-	-
Participaçã de resultados	-	-	-	-
Participaçã em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descriçã de outras remunerações variáveis	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP	

	nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	
<b>Pós-emprego</b>	-	-	-	-
<b>Cessaçã o do cargo</b>	-	471.176	-	471.176
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	-	-	-	-
<b>Observaçã o</b>	O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 6,25 membros, sendo 2 por 12 meses, 5 por 8 meses (5 x 8/12 = 3,34), 1 por 4 meses (1 x 4/12 = 0,33), 2 por 3 meses (2 x 3/12 = 0,50) e 1 por 1 mês (1 x 1/12 = 0,08)	A Diretoria, em média no ano teve a participação de 2,67 membros, sendo 3 por 10 meses (3 x 10/12 = 2,50 e 1 por 2 meses (1 x 2/12 = 0,17). Motivado pela renuncia dos membros da Diretoria não há valores de Variável para o exercício.	O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 3,00 membros, sendo 2 por 12 meses, 1 por 9 (1 x 9/12 = 0,75) e 1 por 3 meses (1 x 3/12 = 0,25)	
<b>Total da remuneraçã o</b>	<b>2.713.557</b>	<b>3.594.553</b>	<b>462.780</b>	<b>6.770.890</b>

#### Remuneraçã o total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,42	3,08	11,50
Nº de membros remunerados	5,00	3,42	3,08	11,50
<b>Remuneraçã o fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.912.924	2.616.835	463.209	4.992.967
Benefícios direto e indireto	-	568.611	-	568.611
Participaçõ es em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descriçã o de outras remuneraçõ es fixas	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	
<b>Remuneraçã o variável</b>				
Bônus	-	2.106.596	-	2.106.596
Participaçã o de resultados	-	-	-	-

Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	De acordo com Ofício-Circular/CVM/SEP nº. 01/2021, encargos sociais de ônus do empregador não considerados.	
<b>Pós-emprego</b>	-	9.077	-	38.603
<b>Cessação do cargo</b>	-	224.014	-	224.014
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	-	-	-	-
<b>Observação</b>	O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 5 membros, sendo 4 por 12 meses e 2 por 6 meses (2x 6/12 = 1)	A Diretoria, em média no ano teve a participação de 3,42 membros, sendo 3 por 12 meses, 1 por 4 meses (4/12 = 0,33) e 1 por 1 mês (1/12 = 0,09)	O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 3,08 membros, sendo 2 por 12 meses, 1 por 9 meses (9/12 = 0,75) e 1 por 4 (4/12 = 0,33)	
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.912.924</b>	<b>5.525.133</b>	<b>463.209</b>	<b>7.901.265</b>

#### Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,08	4,00	2,58	11,66
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	2,58	11,58
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.933.739	2.633.328	403.219	4.970.285
Benefícios direto e indireto	-	523.788	-	523.788
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	386.748	526.666	80.644	994.057
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	-	1.570.484	-	1.570.484
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	314.097	-	314.097

Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
<b>Pós-emprego</b>	-	38.603	-	38.603
<b>Cessação do cargo</b>	-	72.391	-	72.391
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	-	-	-	-
<b>Observação</b>	O Conselho de Administração, em média no ano teve a participação de 5 membros, sendo 2 por 12 meses, 2 por 9 meses (2 x 9/12 = 1,50), 1 por 5 meses (5/12 = 0,42), 2 por 3 meses (2x 3/12 = 0,50), 1 por 2 meses (2/12 = 0,17), 1 por 1 mês (1/12 = 0,08) e 1 suplente por 4 meses (4/12 = 0,33) + 1 membro não remunerado por 1 mês (1/12 = 0,08). Houve redução da remuneração mensal no período de abril a agosto por ocasião da pandemia.	A Diretoria, em média no ano teve a participação de 4,00 membros, sendo 4 por 12 meses. Houve redução da remuneração mensal no período de abril a agosto por ocasião da pandemia.	O Conselho Fiscal, em média no ano teve a participação de 2,67 membros, sendo 1 por 12 meses, 1 por 8 meses (8/12 = 0,66), 1 por 6 meses (6/12 = 0,50) e 1 por 5 meses (5/12 = 0,42)	
<b>Total da remuneração</b>	<b>2.320.487</b>	<b>5.679.355</b>	<b>483.862</b>	<b>8.483.704</b>

### 8.3 Remuneração Variável

Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho De Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

#### a. Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2023)

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
<b>b. nº de membros</b>	7,00	3,00	2,00	12,00
<b>c. nº de membros remunerados</b>	0,00	0,00	2,00	2,00
<b>d. em relação ao bônus</b>				
<b>i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):</b>	-	-	-	-

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	3.138.551	3.138.551
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	-	-	2.715.145	2.715.145
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	-	-	-	-
<b>e. em relação à participação no resultado</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

**b. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2022**

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
<b>b. nº de membros</b>	6,25	3,00	2,67	11,92
<b>c. nº de membros remunerados</b>	0,00	0,00	2,67	2,67
<b>d. em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	4.063.199	4.063.199
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	-	-	4.063.199	4.063.199
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	-	-	0,00	0,00
<b>e. em relação à participação no resultado</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
---	---	---	---	---

**c. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2021**

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
<b>b. nº de membros</b>	5,00	3,08	3,42	11,50
<b>c. nº de membros remunerados</b>	0,00	0,00	3,42	3,42
<b>d. em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	3.007.880	3.007.880
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	-	-	3.007.880	3.007.880
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	-	-	2.106.596	2.106.596
<b>e. em relação à participação no resultado</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

**d. Remuneração variável do exercício social encerrado – 2020**

	a. Conselho de Administração	a. Conselho Fiscal	a. Diretoria Estatutária	Total
<b>b. nº de membros</b>	5,08	2,58	4,00	11,66
<b>c. nº de membros remunerados</b>	0,00	0,00	4,00	4,00
<b>d. em relação ao bônus</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração (R\$/Unidade):	-	-	4.543.830	4.543.830

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas (R\$/Unidade):	-	-	4.172.438	4.172.438
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado (R\$/Unidade):	-	-	1.570.483	1.570.483
<b>e. em relação à participação no resultado</b>				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

#### 8.4 Plano de Remuneração baseado em ações

**Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho De Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

##### a. Termos e condições gerais

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, ano em que este programa foi encerrado.

##### b. Data de aprovação e órgão responsável

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

##### c. Número máximo de ações abrangidas

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

##### d. Número máximo de opções a serem outorgadas

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

##### e. Condições de aquisição de ações

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

##### f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

**g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no 13.4-a.

**h. Forma de liquidação**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no 13.4-a.

**i. Restrições à transferência das ações**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a.

**j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a acima.

**k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado no preço das ações, conforme descrito no item 13.4-a acima.

**8.5 Remuneração baseada em ações**

**Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor Estatutário no ILP.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não possui mais componente baseado em ações, as obrigações referentes às URVs se encerraram em 2020.

**Remuneração baseada em ações do exercício social corrente - 2023**

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

**Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado - 2022**

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

**Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado - 2021**

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

#### Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado – 2020

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº total de membros	5,08	4,00
c. nº de membros remunerados	n/a	4,00
d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de URVs:		
i. em aberto no início do exercício social	n/a	0,00
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
iii. exercidas durante o exercício social	n/a	n/a
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as URVs em aberto	n/a	n/a

#### 8.6 Outorga de opções

Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

#### Remuneração baseada em ações do exercício social corrente – 2023

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

#### Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado – 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

#### Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado – 2021

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

#### Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado – 2020

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº total de membros	5,08	4,00
c. nº de membros remunerados	n/a	4,00
d. data de outorga	n/a	Mar/2017
e. quantidade de URVs outorgadas	n/a	0,00
f. prazo para que as URVs se tornem exercíveis	n/a	Mar/2020
g. prazo máximo para exercício das URVs	n/a	Mar/2020
h. prazo de restrição à transferência das URVs recebidas em decorrência do exercício das URVs	n/a	n/a
i. valor justo das URVs na data da outorga	n/a	1,73

j. multiplicação da quantidade de URVs outorgadas pelo valor justo das URVs na data da outorga	n/a	0,00
--	-----	------

## 8.7 Opções em aberto

**Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

A Companhia não possui plano de opções de compra de ações. Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor no ILP. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a essa remuneração.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não possui mais componente baseado em ações, as obrigações referentes as URVs ainda não pagas, serão mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Para maiores informações, vide item 8.5.

### Remuneração baseada em ações do exercício social – 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as phantom shares concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

### Remuneração baseada em ações do exercício social – 2021

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as phantom shares concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

### Remuneração baseada em ações do exercício social – 2020

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº total de membros	5,08	4,00
c. nº de membros remunerados	n/a	4,00
d. em relação às URVs ainda não exercíveis		
i. quantidade	n/a	0,00
ii. data em que se tornarão exercíveis	n/a	Mar/2020
iii. prazo máximo para exercício das URVs	n/a	Mar/2020
iv. prazo de restrição à transferência das URVs	n/a	n/a
v. preço médio ponderado de exercício	n/a	0,82
vi. valor justo das URVs no último dia do exercício social	n/a	n/a
e. em relação às URVs exercíveis		
i. quantidade	n/a	n/a
ii. prazo máximo para exercício das URVs	n/a	n/a
iii. prazo de restrição à transferência das URVs	n/a	n/a

iv. preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
v. valor justo das URVs no último dia do exercício social	n/a	n/a
vi. valor justo do total das URVs no último dia do exercício social	n/a	n/a

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

**Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

A Companhia não possui plano de opções de compra de ações. Em 2014, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Programa de Remuneração Variável que tem como uma de suas vertentes o Incentivo de Longo Prazo (ILP). O efetivo pagamento do ILP não é feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão é feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas pelo Diretor Estatutário no ILP. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a essa remuneração.

Tendo em vista que o Programa de Remuneração Variável, a partir de 2017, não possui mais componente baseado em ações, as obrigações referentes às URVs ainda não pagas à época, foram mantidas conforme as regras de pagamento do ILP vigentes à época da concessão.

Para maiores informações, vide item 8.5.

### Exercício social – 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

### Exercício social – 2021

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

### Exercício social – 2020

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº de membros	5,08	4,00
c. nº de membros remunerados	n/a	4,00
d. número de URVs	n/a	0,00
e. preço médio ponderado de exercício	n/a	0,82
f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às URVs exercidas	n/a	n/a
g. multiplicação do total das URVs exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	0,00

## 8.9 Forma de ações serem entregues

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

### Exercício social – 2023

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

### Exercício social – 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

### Exercício social – 2021

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

### Exercício social – 2020

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº de membros	5,08	4,00
c. nº de membros remunerados	n/a	4,00
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as URVs aos beneficiários	n/a	n/a

## 8.10 Outorga de ações

Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

### Exercício social – 2023

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

### Exercício social – 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

### Exercício social – 2021

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

#### Exercício social – 2020

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº de membros	5,08	4,00
c. nº de membros remunerados	n/a	4,00
d. data de outorga	n/a	Mar/2017
e. quantidade de URVs outorgadas	n/a	0,00
f. prazo máximo para entrega das URVs	n/a	Mar/2020
g. prazo de restrição à transferência das URVs	n/a	n/a
h. valor justo das URVs na data da outorga	n/a	n/a
i. multiplicação da quantidade de URVs outorgadas pelo valor justo das URVs na data da outorga	n/a	n/a

#### 8.11 Ações entregues

**Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

#### Exercício social – 2022

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

#### Exercício social – 2021

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

#### Exercício social – 2020

	a. Conselho de Administração	a. Diretoria Estatutária
b. nº de membros	5,08	4,00
c. nº de membros remunerados	n/a	4,00
d. número de URVs	n/a	0,00
e. preço médio ponderado de aquisição	n/a	0,82
f. preço médio ponderado de mercado das URVs adquiridas	n/a	0,82
g. multiplicação do total das URVs adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das URVs adquiridas	n/a	0,00

## 8.12 Precificação das ações/opções

**Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

### a. Modelo de precificação

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

### b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O efetivo pagamento não era feito em ações ou opções. Na realidade, a concessão era feita pela conversão das metas em Unidades de Remuneração Variável (URVs). A URV é uma unidade de valor utilizada para a conversão do resultado das metas atingidas no Incentivo de Longo Prazo (ILP).

A apuração para concessão e pagamento era realizada em URVs, a qual tinha por base o valor médio da ação da Companhia (PMAM3) do ano anterior à concessão e do pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

### c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O Incentivo de Longo Prazo (ILP) utilizava um conceito de phantom shares, de forma que, ao final de cada exercício, as metas atingidas no período de janeiro a dezembro eram convertidas em Unidades de Remuneração Variável (URVs), baseado no desempenho, variação e valor das ações da Paranapanema (PMAM3).

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de ser baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

### d. Forma de determinação da volatilidade esperada

A apuração para concessão e pagamento era realizada em Unidades de Remuneração Variável (URVs), a qual tinha por base o valor médio da ação da Companhia (PMAM3) do ano anterior à concessão e do pagamento.

A partir do exercício de 2017, o Programa de Remuneração Variável deixou de possuir componente baseado em ações, conforme descrito no item 13.4-a.

No exercício de 2020, foram finalizadas as obrigações de pagamento com relação as *phantom shares* concedidas no ano de 2016, último ano em que este programa esteve vigente.

**e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável.

**8.13 Participações detidas por órgão**

**Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão**

As participações em ações, quotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por nossos administradores, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social estão indicadas na abaixo:

Órgão	Valores Mobiliários emitidos pela Companhia e Controladas	%
Conselho de Administração	2.900 ações	0,00668% do total
Conselho Fiscal	0	0,0%
Diretoria Estatutária	0	0,0%
Total	2.900 ações	0,00668% do total

**8.14 Planos de previdência**

**Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. Número de Membros	6,25	3,00	2,67
c. Número de Membros Remunerados	0,00	0,00	2,67
d. Nome do Plano	n/a	n/a	BrasilPrev - PMA Prev
e. Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	n/a	n/a	0,00
f. Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a	60 anos de idade + 10 anos de contribuição + perda de vínculo com a empresa ou ser aposentado pela Previdência Social + perda de vínculo com a empresa
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	n/a	284.534,09
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas	n/a	n/a	90.966,48

diretamente pelos administradores.			
i. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	n/a	Sim, a qualquer momento, de 60 em 60 dias, porém há a perda proporcional da contribuição realizada pela Companhia.

**8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal**

**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>Nº de membros</b>	2,67	3,42	4,00	6,25	5,00	5,08	3,00	3,08	2,58
<b>Nº de membros remunerados</b>	2,67	3,42	4,00	6,25	5,00	5,00	3,00	3,08	2,58
<b>Valor da maior remuneração</b>	-	2.544.716,36	2.142.514,98	418.668,00	405.384,00	427.558,50	154.260,00	154.260,00	185.112,00
<b>Valor da menor remuneração</b>	-	1.066.796,72	965.117,71	417.612,30	363.160,80	427.558,50	154.260,00	154.260,00	185.112,00
<b>Valor médio da remuneração</b>	1.346.274,52	1.615.535,87	1.419.838,77	434.169,16	382.584,72	464.097,30	154.260,00	150.392,37	187.543,49

**Observação**

<b>Diretoria Estatutária</b>	
<b>31/12/2022</b>	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2022 (Obs: não tivemos membros com 12/12 avos em 2022). 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
<b>31/12/2021</b>	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2021. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
<b>31/12/2020</b>	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2020. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
<b>Conselho de Administração</b>	
<b>31/12/2022</b>	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2022. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
<b>31/12/2021</b>	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2021. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
<b>31/12/2020</b>	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2020. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>31/12/2022</b>	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2022. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.

<b>31/12/2021</b>	1- Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2021. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.
<b>31/12/2020</b>	1 - Para o cálculo do valor da maior e menor remuneração, foram considerados apenas os membros que tiveram 12/12 avos completos no ano de 2020. 2 - Para apuração do valor da média da remuneração individual anual, foram consideradas todas as remunerações apresentadas nos quadros do item 13.2 (remuneração fixa + remuneração variável + benefícios) dividido pelo número total de membros.

#### **8.16 Mecanismos remuneração/indenização**

**Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Não há, previsto em contrato, mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Por liberalidade a Companhia poderá conceder aos Diretores, por um período de 6 (seis) meses, a assistência médica e odontológica, bem como realizar o pagamento do Incentivo de Curto Prazo (ICP) e do Incentivo de Longo Prazo (ILP), condicionado a cláusulas contratuais.

O atual valor do prêmio de seguro D&O é de R\$ 82.114,12 (oitenta e dois mil, cento e quatorze reais e doze centavos).

#### **8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**

**Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Não aplicável, pois a Companhia não possui acionista controlador.

#### **8.18 Remuneração – outras funções**

**Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia não recebem, e não receberam, nos últimos três exercícios sociais, remuneração da Companhia, além da referente à função que ocupam.

#### **8.19 Remuneração Reconhecida – controlador/controlada**

**Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal não recebem, e não receberam, nos últimos três exercícios sociais, remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

A Companhia não possui acionista controlador.

#### **8.20 Outras informações relevantes - Remuneração**

**Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Nos termos do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, a remuneração global proposta para 2023 não engloba os encargos sociais que sejam ônus do empregador. Para o ano de 2023, estima-se que o valor total dos encargos sociais de ônus do empregador, considerando a remuneração global proposta para 2023, é de R\$1.831.051 (um milhão, oitocentos e trinta e um mil e cinquenta e um reais), sendo R\$98.043 (noventa e oito mil e quarenta e três reais) referente à remuneração fixa do Conselho Fiscal, R\$626.806 (seiscentos e vinte e seis mil e oitocentos e seis reais) referente à remuneração fixa do Conselho de Administração, R\$478.491 (quatrocentos e setenta e oito mil e quatrocentos e noventa e um reais) referente à remuneração fixa da Diretoria Estatutária, R\$ 627.711 (seiscentos e vinte e sete mil e setecentos e onze reais) referente à remuneração variável da Diretoria Estatutária.

**ANEXO IV**  
**MODELO DE PROCURAÇÃO**

**PROCURAÇÃO**

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] ("Outorgante"), nomeia e constitui como seu procurador [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], com RG n° [•], inscrito no CPF/ME sob o n°. [•], residente e domiciliado na cidade de [•], Estado de [•], na Rua [•], [NÚMERO], para **individualmente** representar o Outorgante, na qualidade de acionista da **PARANAPANEMA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 19 de abril de 2022, às 14 horas, exclusivamente de modo digital por meio da plataforma digital Zoom ("AGO"), podendo examinar, discutir e votar em nome do Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

**(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.**

<b>A favor ( )</b>	<b>Contra ( )</b>	<b>Abstenção ( )</b>
--------------------	-------------------	----------------------

Justificativa de voto:

**(ii) Definir o número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros.**

**- Definição do número de membros a compor o Conselho Fiscal da Companhia:**

<b>3 (três) membros ( )</b>	<b>4 (quatro) membros ( )</b>	<b>5 (cinco) membros ( )</b>	<b>Abstenção ( )</b>
-----------------------------	-------------------------------	------------------------------	----------------------

Justificativa de voto:

**- Eleição dos membros do Conselho Fiscal:**

(As três colunas abaixo devem ser preenchidas. Caso as colunas não sejam preenchidas de forma que não seja possível computar os votos aos candidatos por falta de informação ou caso a informação não esteja clara, os votos correspondentes não serão computados)

Se o Conselho Fiscal for formado por 3 (três) membros, marcar com um "x" em até 3 membros abaixo:	Se o Conselho Fiscal for formado por 4 (quatro) membros, marcar com um "x" em até 4 membros abaixo:	Se o Conselho Fiscal for formado por 5 (cinco) membros, marcar com um "x" em até 5 membros abaixo:
---	---	--

1. ( ) Titular: Suplente:	1. ( ) Titular: Suplente:	1. ( ) Titular: Suplente:
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

2. ( ) Titular: Suplente:	2. ( ) Titular: Suplente:	2. ( ) Titular: Suplente:
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

3. ( ) Titular: Suplente:	3. ( ) Titular: Suplente:	3. ( ) Titular: Suplente:
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

4. ( ) Titular: Suplente:	4. ( ) Titular: Suplente:	4. ( ) Titular: Suplente:
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

**Abstenção ( )**

Justificativa de voto:

**(iii) Fixar a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2023, conforme Proposta da Administração.**

<b>A favor ( )</b>	<b>Contra ( )</b>	<b>Abstenção ( )</b>
--------------------	-------------------	----------------------

Justificativa de voto:

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de 2023.

\_\_\_\_\_  
[ACIONISTA]